

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº /2013 (do Sr. Marcos Rogério)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater com representantes do governo brasileiro sobre o elevado número de trabalhadores escravos existentes no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater sobre o elevado número de trabalhadores escravos no Brasil, com a presença dos convidados relacionados a seguir:

- a) Representante do Ministério do Trabalho e Emprego
- b) Representante da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Governo Federal
- c) Representante do Ministério Público do Trabalho
- d) Representando da Organização Não Governamental Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
- e) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil

Justificação

A expressão escravidão possui sentido metafórico, pois não se trata mais de compra ou venda de pessoas. No entanto, os meios de comunicação em geral utilizam a expressão para designar aquelas relações de trabalho nas quais as pessoas são forçadas a exercer uma atividade contra sua vontade, sob ameaça, violência física e psicológica ou outras formas de intimidações. Muitas dessas formas de trabalho são acobertadas pela expressão trabalhos forçados, embora quase sempre impliquem o uso de violência.

De acordo com o Índice de Escravidão Global, divulgado pela ONG Walk Free Foundation em outubro deste ano, o Brasil possui 200 mil pessoas em situação de trabalho escravo.

Os trabalhadores escravos se concentram especialmente nas indústrias madeireira, carvoeira e de mineração, de construção civil e nas lavouras de cana, algodão e soja. Outro setor que detém tais trabalhadores é o do turismo sexual no Nordeste e o da exploração de imigrantes bolivianos em oficinas de costura.

O trabalho escravo, além de configurar grave violação aos direitos humanos, prejudica, ainda, a imagem do Brasil no exterior, sendo as restrições comerciais severas, caso o país continue a utilizar de mão de obra análoga à escravidão.

Diante deste cenário, torna-se crucial debater o tema com as autoridades responsáveis acerca das medidas e das ações emergenciais a serem tomadas para a reversão deste cenário.

Sendo assim, pedimos aos nobres pares acolhimento deste requerimento, para que possamos debater assunto tão relevante.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.

MARCOS ROGÉRIO
Deputado Federal (PDT-RO)